



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA



**FORMULÁRIO PARA
APRESENTAÇÃO DE PROJETO**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E INDICADORES
DE SUSTENTABILIDADE: O CASO TCE MT**

NOME DO COORDENADOR: Dra ELISANDRA MARISA ZAMBRA

Assinatura

***A apresentação do projeto de pesquisa
nesse formato é OBRIGATÓRIA PARA OS PROJETOS NÃO SUBMETIDOS A
AGÊNCIAS DE FOMENTO!***

*Use Fonte Arial 10 com espaçamento simples, respeitando os títulos indicados
e os limites de página propostos para cada item.*

***PODE SER DIGITADO EM QUALQUER PROCESSADOR DE TEXTO,
DESDE QUE OBEDECIDA AS ORIENTAÇÕES INDICADAS.***

1. Caracterização do Problema

O governo federal brasileiro, em 1999, através do Ministério do Meio Ambiente, criou o programa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), como um instrumento de gestão ambiental nas atividades administrativas e operacionais das instituições governamentais. Na esfera pública, a preocupação com as questões socioambientais dependerá, em grande parte, de uma visão de gestão com esta perspectiva, que vai desde a sensibilização para a implementação da A3P, alinhada ao planejamento, até seu monitoramento, controle e avaliação pós implantação, o que demanda o estabelecimento de estratégias e ações, bem como providências institucionais e jurídicas e, especialmente, investimentos, ou seja, há uma necessidade de se prever, dentro do orçamento, as melhorias ou práticas que deverão ser implementadas. O Ministério do Meio Ambiente (2009) fundamenta a questão ambiental no Brasil e a A3P de acordo com as questões legais do país.

Quadro 02: Marco legal da Questão Ambiental no Brasil

Marco Legal	Dispõe sobre
Constituição de 1988 (artigo 225)	Direito da sociedade a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e afirma que cabe à coletividade e ao poder Público defendê-lo e preservá-lo.
Lei nº 6.938/81	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente.
Lei nº 9.605/98 (Lei dos crimes ambientais)	Proteção efetiva do meio ambiente.
Decreto nº 5.940/06	Exigência de separação dos resíduos recicláveis dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.
Lei nº 12.349/2010	A promoção do desenvolvimento nacional sustentável se torna objetivo das licitações.
Lei 12.187/2009	Política Nacional de Mudanças Climáticas.
Lei 12.305/2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
Instrução Normativa nº 1/2010	Crítérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.
ISO 2600	Diretrizes sobre responsabilidade social.
Lei 12.462/2011	Regime diferenciado de contratações públicas.
Recomendação CONAMA Nº 12/2011	Indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) a adoção de normas e padrões de sustentabilidade.
Decreto nº 7.746/2012	Determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas.
Instrução Normativa Nº 10/2012 do MPOG	Regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas.

Fonte: A autora

Esse estudo justifica-se em função de que no atual estágio de desenvolvimento da humanidade, na maioria das cidades do mundo, observa-se o elevado grau de industrialização que, aliado ao padrão de produção e consumo inadequado, coloca o homem diante de contradições praticamente inseparáveis, dentre elas, a ultrapassagem da capacidade de suporte do planeta (VALDO, 2011). Nesse âmbito, pode-se inferir que os diversos setores da economia, inclusive os órgãos públicos, também são responsáveis pelo consumo de uma parcela significativa de recursos naturais. O consumo consciente

destes recursos, no âmbito da administração pública, pode contribuir para o que se deseja em termos de sustentabilidade socioambiental, ao mesmo tempo que representa uma postura que pode orientar as ações da sociedade como um todo.

O objetivo principal da A3P é estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2009, p. 33), para se alcançar o objetivo principal, a Agenda possui os seguintes objetivos específicos:

- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Para auxiliar sua implementação nas instituições públicas, a Agenda está dividida hoje em seis eixos prioritários, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1: Eixos temáticos da A3P



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Cartilha do MMA (2009).

Diante da necessidade de integrar a gestão ambiental na dimensão da administração pública; do desafio de buscar a forma mais adequada de agir para alcançar as premissas do “pensar globalmente e agir localmente” é que surgiu essa proposta de estudo, referenciada na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a fim de se investigar como este programa acontece na prática no Tribunal de Contas de Mato Grosso, bem como avaliar os indicadores de sustentabilidade da A3P. Indicadores da A3P.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, MMA, 2017), com o intuito de apoiar os parceiros na implementação das ações e avaliação dos resultados alcançados, foi elaborado um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos. Esses

indicadores foram desenvolvidos a partir dos cinco eixos da A3P: Uso racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos; Gestão adequada dos Resíduos Gerados; Contratações Sustentáveis; Qualidade de Vida no Trabalho; Sensibilização e Capacitação. Os indicadores servem como ponto de partida para vários parceiros elaborarem o plano de gestão socioambiental de sua instituição.

2. Objetivos

Objetivo geral: Avaliar o grau de sustentabilidade da instituição (TCE-MT) com base nos indicadores de desempenho da A3P.

- Compreender a sustentabilidade no âmbito A3P;
- Identificar as práticas/ações de sustentabilidade desenvolvidas no TCE – MT;
- Mensurar o grau de sustentabilidade (em processos e ações) no TCE MT.

3. Metodologia

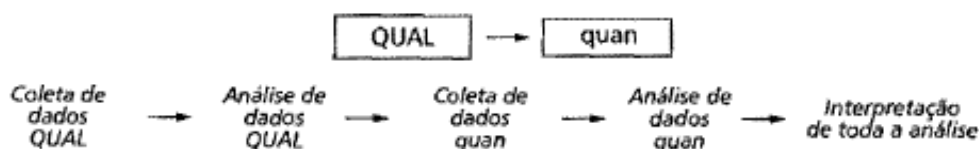
No que se refere ao tipo de pesquisa, o presente estudo é caracterizado como uma pesquisa aplicada, que segundo Pradanov e Freitas (2013) consiste em produzir conhecimentos para aplicação prática com o intuito de encontrar solução para problemas específicos. Além disso, refere-se a verdades e interesses locais. Creswell (2007) afirma que na pesquisa aplicada, os problemas surgem a partir de questões, dificuldades e práticas correntes.

Quanto à abordagem, este estudo caracteriza-se pela utilização de métodos mistos, que integra os enfoques qualitativo e quantitativo. A ideia de utilizar ambos os métodos originou-se em 1959, onde as abordagens associadas aos métodos de campo, como observações e entrevistas (qualitativos) passaram a ser utilizadas com levantamentos tradicionais (dados), conforme Creswell (2007).

No tocante à estratégia de investigação optou-se pelo projeto exploratório sequencial, que apresenta duas fases de coleta de dados. Assim, tem-se inicialmente uma fase de coleta e análise de dados qualitativos e, posteriormente, uma fase de coleta e análise de dados quantitativos. O foco principal desse modelo é explorar um fenômeno e os resultados de ambas as etapas integram-se ao longo da interpretação dos dados. Além disso, esse projeto é utilizado para testar elementos de uma teoria emergente resultante da fase qualitativa, e que também pode ser usado para generalizar resultados qualitativos para diferentes amostras (MORGAN, 1998 *apud* CRESWELL, 2007).

Durante o processo de pesquisa, pode-se identificar as seguintes etapas:

Figura 02: Etapas do processo de pesquisa



Fonte: Creswell (2007)

Na primeira fase da pesquisa serão desenvolvidas coleta de dados a partir de entrevistas em profundidade, por meio de roteiro semiestruturado. Os dados provenientes desta fase serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo,

conforme Vergara (2010), e com o apoio do *software* Nvivo.

Na segunda fase será aplicado questionário com questões abertas e fechadas. As questões fechadas serão foram estruturadas em blocos de acordo com a proposta de indicadores de desempenho da A3P. Os dados serão analisados a partir de técnicas de análise estatística descritiva e inferencial com apoio do *software SPSS for Windows* versão 21.

4. Orçamento

Conforme orçamento do Convênio UFMT-TCE MT

5. Cronograma de Execução

A definir

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental da Administração Pública.** Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>> Acesso em 16 nov 2017.

CAVALCANTE, Maria Lailze Simões Albuquerque. Administração Pública e Agenda Ambiental–A3P-Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. **Doutrina e Artigos**, p. 193, 2013.

DA VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Editora Garamond, 2005.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. In: **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** Atlas, 2011.

VALDO, Neusa Maria Ferraz. Gestão ambiental: um estudo referenciado na A3P em uma secretaria do município de Bauru-SP. 2011.